

RE-EXISTÊNCIAS DECOLONIAIS FRENTE ÀS VIOLÊNCIAS: EXPERIÊNCIAS EXTENSIONISTAS EM PERIFERIAS FORTALEZENSES

DA COSTA, A.F.¹, SOUSA, I. S. de², DIAS, L. I.³, SAMPAIO, I. de C. R.⁴, RODRIGUES, J.S.⁵ & BARROS, J.P.P.⁶

¹Graduado em Psicologia e mestrando em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Integrante do VIESES. Email: demarfcost92@gmail.com; ²Graduada em Psicologia e Mestre em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Integrante do VIESES. Email: ingrid.sampsousa@gmail.com; ³Graduada em Psicologia da Universidade Federal do Ceará (UFC). Email: lenaorio@yahoo.com.br; ⁴Graduanda de Psicologia da Universidade Federal do Ceará (UFC). Integrante do VIESES. Email: isabelecastro123@gmail.com; ⁵Mestre em Psicologia e Doutoranda em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Email: jrodriguespsi@gmail.com; ⁶Professor do Departamento de Psicologia e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará (UFC). Coordenador do VIESES: Grupo de Pesquisas e Intervenções sobre Violência, Exclusão Social e Subjetivação. Email: joaopaulobarros@ufc.br

Artigo submetido em maio de 2019 - DOI 10.32356/exta.v19.n1.40151

RESUMO

O objetivo deste artigo é apresentar experiências do Projeto de Extensão Re-Tratos da Juventude no ano de 2018 em periferias de Fortaleza. Seu intuito principal é potencializar inter(in)venções que problematizem práticas sociais institucionais junto a juventudes e seus efeitos de subjetivação em territorialidades periferizadas. Teoricamente, o projeto tem se apoiado no campo da Psicologia Social, em seus diálogos com estudos pós-

estruturalistas e pós/decoloniais. As ações do projeto se deram pela criação de oficinas em territorialidades com altas taxas de letalidade juvenil. Nos resultados e discussões, são apresentadas ações na região do Mondubim e Grande Bom Jardim, com a participação de jovens, familiares de jovens vítimas de homicídio e trabalhadores sociais que atuam com juventudes nessas regiões.

PALAVRAS-CHAVE: Juventudes. Violências. Subjetividades. Psicologia. Decolonialidade.

DECOLONIAL RESISTANCES AND EXISTENCES IN FACE OF VIOLENCE: IN-FIELD EXPERIENCES IN FORTALEZA'S UNDERPRIVILEGED UBARN AREAS

ABSTRACT

The aim of this paper is to present experiences from the Re-tratos da Juventude Extension Project in 2018, on the underprivileged urban areas in the outskirts of Fortaleza. Its main purpose is to potencialize interventions alongside the youth that can raise discussions about institutional and social practices and their subjectivation effects in these territories. Theoretically, the project has been supported in the field of Social Psychology, in its dialogues with post

structuralism and decolonialism studies. The actions of the project happened by the creation of workshops in territories with high rates of youth lethality. In the results and discussions, actions are presented in the Mondubim and Grande Bom Jardim regions, with the participation of young people, family members of young victims of homicide and social workers who work with youth in these locations.

KEYWORDS: Youths. Violence. Subjectivities. Psychology. Decoloniality.

1 INTRODUÇÃO

O objetivo deste artigo é apresentar experiências do Projeto de Extensão Re-Tratos da Juventude na cidade de Fortaleza, em 2018. O Projeto Re-Tratos da Juventude foi criado em 2015 e está ligado ao VIESES: Grupo de Pesquisas e Intervenções sobre Violência, Exclusão

Social e Subjetivação, do Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Ceará (UFC). Seu intuito principal é potencializar inter(in)venções que problematizem práticas sociais institucionais junto a juventudes e seus efeitos de subjetivação em territorialidades periféricas. Teoricamente, o projeto tem se apoiado no campo da Psicologia Social, em seus diálogos com estudos pós-estruturalistas, pós-coloniais e decoloniais, a fim de operar, com prismas epistemológicos diversos, críticas a noções de sujeito forjadas pela modernidade e processos de dominação ligados à lógica neoliberal, as quais ancoram concepções universalizantes e essencialistas sobre juventude, subalternizando, estigmatizando, segregando e excluindo uma pluralidade de experiências e modos de vida.

O título do projeto suscita provocações e deslocamentos acerca das tematizações hegemônicas das juventudes negras e empobrecidas, particularmente aquelas inseridas nas margens urbanas brasileiras, que ora são vistas em sua negatividade, sujeitos em preparação para se tornarem cidadãos apenas no futuro, ora são concebidas como solução para o futuro, à luz de um modo de subjetivação neoliberal ligado ao empreendedorismo de si, formas contemporâneas de controle das virtualidades juvenis (FOUCAULT, 2005, 2008, 2009; GUATTARI, 1987). Ambas as perspectivas anteriores convivem no presente e fragilizam o trato das juventudes como sujeitos de direitos, mesclando o diagrama neoliberal do rendimento a um colonialismo autoritário que historicamente opera o controle das virtualidades juvenis negras e pobres (FOUCAULT, 2005, 2008).

Produzir re-tratos da juventude implica frente às práticas que perpetuam colonialidades e culminam em sujeição, silenciamento e genocídio de segmentos juvenis.

2. “DEVIR-NEGRO DO MUNDO”, “CORPO NOTURNO DA DEMOCRACIA” E “NECROPOLÍTICA”: MARCAS EM JUVENTUDES PERIFERIZADAS E RE-EXISTÊNCIAS DECOLONIAIS

Em nossas reflexões em Psicologia Social sobre juventudes, territorialidades e violências, entendemos que tratamentos estigmatizantes de juventudes negras, pauperizadas e inseridas em periferias urbanas são expressão do que Berenice Bento (2018), dialogando Foucault (2005; 2008), Butler (2015; 2018) e Mbembe (2014; 2017), considera como uma

articulação entre necropoder e biopoder, a partir de “um conjunto de técnicas de promoção de vida e da morte a partir de atributos que qualificam e distribuem os corpos em uma hierarquia que retira deles a possibilidade de reconhecimento como humano e que, portanto, devem ser eliminados e outros que devem viver” (Bento, 2018, p.7)

Desde a criação do projeto, tomamos com principal foco temático de suas ações a dimensão psicossocial do fenômeno da intensificação dos homicídios de adolescentes e jovens, tendo em vista que Fortaleza e Ceará são, respectivamente, a capital e o estado brasileiros com maior Índice de Homicídios na Adolescência (IHA), conforme estudo de Melo e Cano (2017). Entendemos que o extermínio de segmentos infantojuvenis nas periferias de Fortaleza são expressões locais do que Mbembe (2014, 2017) trata como uma “necropolítica”, “devir negro do mundo” e “corpo noturno da democracia”.

Em se tratando da noção de “Devir-negro do mundo”, Mbembe (2014, p. 18) frisa que

Pela primeira vez na história humana, o nome Negro deixa de remeter unicamente para a condição atribuída aos genes de origem africana durante o primeiro capitalismo (predações de toda a espécie, desapossamento da autodeterminação e, sobretudo, das duas matrizes do possível, que são o futuro e o tempo). A este novo caráter descartável e solúvel, à sua institucionalização enquanto padrão de vida e à sua generalização ao mundo inteiro, chamamos o devir-negro do mundo.

Não obstante, os homicídios juvenis e as outras violências e formas de exclusão que lhes são direcionadas escancaram uma política de produção, gestão e instrumentalização da morte de existências consideradas indesejadas e supérfluas, no contexto neoliberal. Por sua vez, essa necropolítica, que atua, a partir de um motor racial, ficcionalizando inimigos e naturalizando estados de exceção permanentes que criam verdadeiras zonas de morte e corpos matáveis, indica o que esse mesmo autor (MBEMBE, 2017, p. 31) designa como “o corpo noturno da democracia”. Mbembe (2017, p. 42) argumenta que “a história da democracia moderna é, no fundo, uma história com duas faces e, até, com dois corpos - o corpo solar, por um lado, e o corpo noturno, por outro”. Com essa discussão sobre corpo noturno da democracia, o pensador camaronês realça que, em que pese a narrativa oficial sobre democracia liberal seja de pacificação ante à brutalidade das guerras e à violência, essas violências brutais e ilegais em plena democracia sempre foram abafadas nas metrópoles, ao mesmo tempo em que foram toleradas e exteriorizadas nas colônias, consideradas como “não-lugares”, em permanente estado de exceção e guerra generalizada e fora dos limites da lei, alvos de desejos de extermínio

e controle sob a retórica de “pacificação dos costumes” (MBEMBE, 2017, p. 37).

A partir desse raciocínio, consideramos cabível pensar que o cenário de crescimento da violência letal contra jovens racializados e pauperizados no Brasil coloca em xeque nossa própria condição plenamente democrática, indicando continuidade de um ethos autoritário e de uma lógica colonial em um contexto neoliberal que maximiza a precarização da vida e autoriza a morte de existências descartabilizadas (COIMBRA, 2001; ALMEIDA, 2018; BUTLER, 2018).

Produzir re-tratos da juventude sugere que, para pesar e agir diferencialmente em relação às juventudes periféricas, são necessários deslocamentos decoloniais em nossos saberes e fazeres junto e com esses segmentos (KILOMBA, 2019; QUIJANO, 2010; CASTRO-GÓMEZ e GROSGOUEL, 2007; MIGNOLO, 2010; GROSGOUEL e MIGNOLO, 2008; MALDONATO-TORRES, 2008; WASH, 2010; FANON, 2005). Com isso, buscamos que a prática extensionista com jovens seja capaz de identificar e potencializar práticas de re-existências a partir de estratégias e táticas territoriais de problematização coletiva e afirmação inventiva de outros possíveis (ACHINTE, 2017; PEREIRA, 2017; SILVA & FREITAS, 2020)

3. DISPOSITIVOS DE PROBLEMATIZAÇÃO COLETIVA, ESCUTA E INTER(IN)VENÇÃO PARA UM RE-TRATO DAS JUVENTUDES DAS/NAS MARGENS URBANAS DE FORTALEZA

As ações do projeto se dão pela criação de dispositivos grupais em territorialidades periferizadas de Fortaleza, mormente no formato de oficinas, voltadas à análise coletiva de temas envolvendo modos de subjetivação juvenis em contextos das margens urbanas da cidade mais significativamente marcadas pela violência e desigualdade social. As ações contam com a participação de três públicos: 1) jovens que vivem em contextos com altas taxas de homicídios da cidade; 2) familiares de jovens vítimas de homicídio, em sua maioria mães, e (3) trabalhadores sociais que atuam com jovens nessas regiões, em políticas públicas ou organizações não governamentais.

As oficinas propostas pelo projeto Re-Tratos trabalharam com três ferramentas básicas na produção de dispositivos grupais: problematização coletiva, escuta das experiências juvenis e fomento a expressões juvenis que apostem na inventividade. Por isto, no projeto,

consideramos que, mais do que intervenções, realizamos inter(in)venções.

4. INTER(IN)VENÇÕES EM 2018: “BOM DE PAPO”, “ME JUNTO” E “ESCUTAS SENSÍVEIS”

No primeiro semestre, no CUCA Mondubim, foram realizadas 6 oficinas sobre violência contra jovens com estudantes de escolas públicas que frequentavam o equipamento, com a participação de cerca de 35 adolescentes em cada uma delas. A partir de metodologias grupais, tais como produção de esquetes, construção de fanzines e colagens sobre experiências cotidianas dos participantes, bem como relatos de experiências de coletivos juvenis da região do Mondubim, tivemos o objetivo de problematizar as condições de violações de direitos e múltiplas violências a que estão submetidas as juventudes periféricas, bem como pensar coletivamente os modos de resistência a essas violências.

As oficinas no Mondubim tiveram em comum o fato de que as narrativas dos jovens sobre suas trajetórias enfatizaram sua condição socialmente estigmatizada e alvo de criminalização por morarem em territorialidades periféricas e interseccionalizarem este marcador territorial a outros marcadores, tais como classe, raça, gênero e geração. Seus relatos mostravam que a pecha de “sujeitos potencialmente perigosos” assume a condição de tecnologia de controle social das virtualidades juvenis, o que vai ao encontro da discussão trazida por Borges (2018), segundo a qual, após a abolição, a criminalização é um dispositivo de perpetuação de racismos no Brasil, legitimando extermínios a partir da divisão entre vidas vivíveis e vidas matáveis (COSTA; BARROS, 2020). As narrativas daqueles adolescentes frisaram ainda que o homicídio juvenil não é um acontecimento isolado, senão o ápice de uma rede de violências múltiplas, cumulativas, reiteradas, vividas psicossocialmente e alicerçadas por uma matriz de dominação colonial (MBEMBE, 2014; BENTO, 2018; BORGES, 2018; KILOMBA, 2019; QUIJANO, 2010; GROSGOUEL e MIGNOLO, 2008; FANON, 2005; NASCIMENTO, 2016).

Em 2018, a equipe do Re-Tratos da Juventude se inseriu também na região do Grande Bom Jardim, formada por cinco bairros, marcada por estigmatizações sociais pela violência e que registrou as maiores taxas de homicídio em 2017. O foco de nossa inserção foi engendrar inter(in)venções psicossociais voltadas à problemática dos homicídios na adolescência junto a adolescentes e jovens que tiveram amigos ou familiares assassinados; profissionais que atuam

com adolescentes e jovens, além de familiares de adolescentes e jovens vítimas de crimes violentos letais e intencionais.

Para tanto, o projeto Re-Tratos da Juventude estabeleceu parceria com a Rede Acolhe, programa da Defensoria Pública do Estado do Ceará, voltado à atenção a famílias vítimas de violência, com o Centro de Defesa da Vida Herbert de Souza (CDHVS), tradicional ONG da região, e com o núcleo de formação do Centro Cultural do Bom Jardim (CCBJ), equipamento social ligado ao Governo do Estado que realiza ações de arte, cultura e profissionalização na região. Além disso, iniciamos diálogos com três outras ações de extensão do próprio Departamento de Psicologia da UFC que também visavam atuar na região.

A partir de rodas de conversa para análise coletiva do contexto com interlocutores comunitários, definimos que nosso plano de ação se estabeleceria junto ao “Fórum de Escolas pela Paz”, que reunia 12 escolas públicas da região, do qual já participavam nossos parceiros CCBJ e CDVHS, e junto a movimentos sociais e entidades já organizadas do Grande Bom Jardim, que compunham a Rede de Desenvolvimento Local e Sustentável do Grande Bom Jardim (Rede DLIS). O resultado desse movimento de construção participativa da inter(in)venção micropolítica do Re-Tratos da Juventude no Grande Bom Jardim foi o desenho de um plano agenciado por 3 vetores de ação, assim nomeados por um dos articuladores comunitários da região: “Me Junto”, “Bom de Papo” e “Escutas Sensíveis”.

O propósito do eixo de ação “me junto” foi proporcionar o engajamento do Re-Tratos da Juventude em iniciativas comunitárias voltadas ao público juvenil e à questão da garantia de direitos e enfrentamento de violências no Grande Bom Jardim, como estratégia de formação de vínculos comunitários e com a perspectiva ética de composições híbridas de saberes e fazeres, tensionando relações, estruturas e instituições dominantes e que perpetuam a violência contra jovens negros e periferizados (MIGNOLO, 2017; WALSH, 2019). Em maio de 2018, participamos da “V Caminhada pela Paz do Grande Bom Jardim”. Simultaneamente, outra parte integrou um sarau em uma das escolas do bairro, com o mesmo tema da V Caminhada: “Paz sem Voz não é Paz, é Medo”.

Entre setembro e novembro, os extensionistas do projeto se engajaram na construção do Curta “Não Pare de Sonhar”, produzido por jovens de 3 escolas públicas (Osires Pontes, Juciê Caminha e CAIC), por um coletivo audiovisual local, pelo Centro Cultural do Bom Jardim e

pelo CDVHS, com apoio do CCPHA, da Secretaria de Educação, da Secretaria de Cultura e da Vice-Governadoria do Governo do Estado. Uma vez que o filme teve como mote a temática da prevenção de homicídios na adolescência, extensionistas do Re-Tratos participaram da equipe responsável pela formação dos estudantes sobre homicídios na adolescência e temas correlatos. Tal vídeo foi lançado na abertura da I Semana Estadual de Prevenção de Homicídios na Juventude do Ceará, em 12 de novembro, no Cine Teatro São Luiz e foi exibido em mais de 700 escolas estaduais do Ceará. No dia 13 de novembro, como parte da programação da aludida Semana, colaboramos com a realização de 3 cinedebates sobre o curta acima em 3 escolas do Grande Bom Jardim (Osires Pontes, CAIC e Julia Alves), em novembro de 2018.

Colaboramos também com a “Rede Territorial de Prevenção de Homicídios de Crianças, Adolescentes e Jovens do Grande Bom Jardim”, vinculada à Rede DLIS e que aglutina diversos equipamentos públicos. Participamos, especificamente, de dois dos momentos importantes de sua constituição, o I e o II Seminário Nossas Vidas Importam, promovido pela Rede DLIS, momento formativo destinado a profissionais de diversas políticas públicas existentes ou atuantes na região do Grande Bom Jardim, voltado à leitura do contexto de intensificação de homicídios de adolescentes e jovens e ao desenvolvimento de estratégias e pactuação de fluxos de ação diante dessa questão.

Discutíamos com alguns profissionais como, em uma espécie de jogo de sombra e luz (SCISLESKI, HUNING, 2016), jovens estigmatizados e criminalizados pela intersecção de marcadores de classe, raça, gênero e território, ao mesmo tempo em que são invisíveis como sujeitos de direitos, são também hipervisibilizados como supostos causadores de violência. Essa condição perversa de (in)visibilidade e marginalização (corpos empurrados para as margens) é um elemento que retroalimenta violências e movimenta a maquinaria de precarização sistemática da vida e produção massificada da morte que atualiza o genocídio de negros (COSTA & BARROS, 2020; NASCIMENTO, 2016).

Já o eixo de ação “Bom de Papo” teve como objetivo principal problematizar aspectos presentes nas trajetórias e perspectivas de vida de adolescentes e jovens a partir de temas pertinentes à prevenção de homicídios, extraídos das evidências e recomendações do CCPHA. Esse eixo foi realizado em uma das escolas estaduais do Grande Bom Jardim, mediante oficinas que buscaram levantar discussões que favorecessem a criação de novos sentidos acerca das

trajetórias de vida e perspectivas de futuro de adolescentes e jovens inseridos em contextos estigmatizados pela violência. Na Escola Estadual Senador Osires Pontes, as oficinas aconteceram quinzenalmente junto às quatro turmas do segundo ano, de maio a dezembro de 2018, contabilizando cerca de 140 adolescentes e jovens participantes. Nesta escola, realizamos 9 oficinas com cada turma acompanhada, totalizando 36 momentos grupais.

Entre os temas trabalhados, discutimos, por exemplo, sobre as trajetórias de vida dos jovens no campo das políticas públicas, no âmbito familiar e em contextos escolares e educacionais. Tematizar as relações dos adolescentes e jovens com políticas públicas, bem como suas trajetórias familiares e educacionais se justifica pelo fato de que, segundo evidências do Comitê, a grande maioria dos adolescentes vítimas de homicídios no Ceará não participavam de projetos sociais, faziam parte de contextos familiares marcados pela vulnerabilidade no tocante ao acesso a direitos sociais e também estavam fora da escola há pelo menos seis meses, o que acarretou recomendações do comitê segundo as quais, para prevenir homicídios, fazem-se necessários movimentos na direção de maior investimento em políticas públicas para adolescentes, de uma maior apoio e proteção às suas famílias vítimas de violências e da criação de estratégias de incentivo à permanência de adolescentes na escola (ALTAMIRIANO; SOUSA, 2019).

Para refletir sobre suas trajetórias e perspectivas em relação a esses temas, adotamos estratégias como círculo de cultura sobre direitos de adolescentes e jovens e políticas públicas (não) existentes em seus bairros, discussões a partir de letras de músicas que remetessem às suas experiências familiares, assim como construção, pelos adolescentes, de um desenho de uma linha do tempo de suas trajetórias educacionais e escolares, destacando os pontos mais marcantes, os maiores desafios e os caminhos que gostariam de construir. Em outras duas oficinas, ambas sobre relações entre pares, propomos a confecção de painéis coletivos, a partir de colagem em grupo, sobre amizades e conflitos entre pares. Tal metodologia foi realizada em dois encontros e se baseou em recomendações do CCPHA referente à mediação de conflitos e proteção a ameaçados (CCPHA, 2017).

Outro tema trabalhado envolveu discussão sobre trajetórias juvenis e suas relações com drogas, assim como os efeitos das políticas sobre drogas em seus cotidianos. Para tanto, realizamos uma oficina sobre redução de danos, mediante jogo de perguntas e respostas, a fim

de estimular a participação dos estudantes e a troca de saberes sobre os temas propostos. Dentre outros pontos, os adolescentes trouxeram situações de seus cotidianos e relatos de experiências que corroboram outra evidência do CCPHA, que aponta que a hegemônica retórica da “guerra às drogas” tem acarretado aumento de conflitos armados, encarceramento e extermínio de juventudes negras, pobres e periféricas, sem sequer obter resultados eficazes de diminuição da violência (BARROS et al, 2019). Noutra oficina, debatemos sobre trajetórias juvenis e perspectivas de futuro no que concerne à temática do trabalho e profissionalização, a partir de oficina de “teatro do oprimido”, em que os próprios estudantes foram convidados à dramatização de cenas vividas por eles ou amigos sobre o assunto. Após isso, discutimos sobre precarização laboral, iniciativas locais de economia solidária, o que eles chamavam de “corres” das juventudes periféricas para enfrentar desempregos e, ainda, o que pensavam sobre seus futuros profissionais, tendo em vista que uma das evidências do comitê aponta que a falta de oportunidade de trabalho e renda formais era um ponto em comum entre os adolescentes vitimados por homicídio no estado (CCPHA, 2018).

Na penúltima oficina, discutimos a relação entre juventude e mídia, já que uma das evidências do CCPHA aponta a propagação da violência em programas policiais e recomenda, conseqüentemente, uma mídia sem violação de direitos (CCPHA, 2016). Nessa oficina, trouxemos exemplos de vídeos dos programas policiais e trechos de reportagens de portais de notícias locais, a partir do que os adolescentes e jovens ressaltaram suas experiências pessoais, de familiares e de amigos nos contextos territoriais em que viviam em torno de estigmatizações produzidas pelas narrativas midiáticas em torno da violência urbana.

Na última oficina temática do ano, realizamos a construção de mapas individuais e coletivos sobre as trajetórias juvenis em suas relações com seus bairros e a cidade. A partir de evidências de que a maior parte dos homicídios de adolescente ocorreram em apenas 20 bairros da Capital e que há territórios mais vulneráveis ao homicídio, os quais também se caracterizam pela existência de acirramento de conflitos armados, por violências institucionais e por se constituírem como assentamentos precários, com baixo nível de infraestrutura e graves situações de desigualdade e abandono institucional, discutimos implicações da violência nos itinerários dos adolescentes e jovens em seus bairros e na cidade de um modo geral. Nesta atividade, sobressaíram discussões sobre o medo e a insegurança vividos pelos jovens ao se

deslocarem no próprio bairro e em outras territorialidades da capital, o que indica como aquelas trajetórias juvenis eram permeadas por conflitos territoriais, ameaças e tentativas de homicídio (BARROS, 2019). Também se discutiu, a partir do que os participantes apresentaram, como a redução de desigualdades e a qualificação dos territórios poderia prevenir homicídios, o que vai ao encontro às recomendações do CCPHA. Os mapas confeccionados pelos participantes mostraram seus percursos cotidianos e, a partir disso, o agravamento tanto das segregações na cidade quanto das vulnerabilidades às quais estes jovens estão submetidos por conta do acirramento das conflitualidades entre facções criminosas nas periferias.

Por fim, no que concerne ao eixo de ação chamado de “escutas sensíveis”, tratam-se de momentos individuais e predominantemente grupais voltados à escuta e ao apoio psicossocial a amigos e familiares de jovens assassinados, bem como a profissionais que atuam com jovens e que se encontram em situação de sofrimento decorrente da violência nos territórios em que atuam (LEPEDOTE et al, 2019).

No primeiro semestre de 2018, realizamos dois momentos: um em uma escola pública, junto a um grupo de professores, e outro em outra escola pública, após o assassinato de um estudante da escola no próprio bairro. Nesta segunda escola, a escuta sensível ocorreu por meio de um espaço grupal que tematizou o modo com a violência letal tem afetado o cotidiano de trabalho e a saúde mental de professores da região. Nela, participamos de um momento coletivo de escuta da turma do adolescente e de um momento com os professores, em parceria com a equipe técnica da Rede Acolhe e da equipe de articulação comunitária do Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência. Além desses dois momentos em escolas, no segundo semestre de 2018, as escutas sensíveis também abrangeram familiares de adolescentes e jovens assassinados, especialmente mães, com vistas ao apoio psicossocial e estabelecimento de pontes para sua inserção em redes de cuidado e assistência no âmbito das políticas públicas.

Nos encontros com as mães promovidos pelo projeto, sobressaía que suas lutas não se encerram na busca por justiça frente ao homicídio, pois também são lutas por memória e “humanização” dos seus filhos. As memórias sustentadas pelos familiares realçam que as trajetórias de seus jovens estavam “envolvidas” em uma complexa malha de violências, incluindo o abandono socioinstitucional indutor de desigualdade e precarização da existência, tornando-a “invivível” (BUTLER, 2018). As narrativas das mães evidenciam que os

“envolvidos” tinham história e trazem a provocação ética de que aquelas histórias envolvem a todos e todas, ainda que muitos não se importem com tais vidas, na ilusão de estarem imunes às políticas de inimizade e indiferença (BARROS et al, 2019).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como um aspecto transversal abordado nas atividades do Re-Tratos da Juventude relatadas neste artigo, destacamos a problematização de como juventudes periféricas são afetadas e resistem à relação entre políticas de precarização da vida e produção de morte em meio à articulação entre neoliberalismo e colonialidades. Como destacam Barros, Benício e Bicalho (2019, p. 39)

À Psicologia compete ainda a problematização das políticas de precarização da vida dos segmentos juvenis a partir de enquadramentos que os tratam, de maneira estigmatizadas, como não cidadãos. Essa precarização da vida, em âmbito macro e micropolítico, tem sido produzida numa relação entre o avanço do neoliberalismo e o crescimento de desigualdades, relação esta que se ancora em pontos como o individualismo, a indiferença ao coletivo, a fragmentação, segregação, exclusão de jovens periféricos como aspecto característico da organização dos modos de viver na/a cidade. Além disso, outros pontos em que se ancoram essas políticas de precarização da vida de juventudes marginalizadas tem sido a produção do medo e do ódio como afetos centrais na necrobiopolítica cotidiana, fazendo com que a vida do outro valha muito pouco ou nada valha, bem como a produção de modos de subjetivação segundo os quais os jovens devem se portar como empresários de si mesmo, sendo seu eventual fracasso de sua própria responsabilidade.

Assim, as inter(in)venções anteriormente relatadas não possibilitaram efeitos apenas nos territórios periféricos, mas também no próprio território do conhecimento agenciado academicamente pelo projeto, já que essas experiências produziram giros importantes em nossas referências para pensar e agir nas problemáticas que relacionam territorialidades, juventudes, violências e resistências.

REFERÊNCIAS

ACHINTE, Adolfo Albán. **Prácticas creativas de re-existência baseadas en lugar**: más allá del arte... el mundo de lo sensible. Buenos Aires: Del Signo, 2017.

ALMEIDA, S. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.

ALTAMIRIANO, T.H.; SOUSA, R. (org). **Cuidando em Rede**: saberes e práticas na atenção às famílias de vítimas de homicídios. Fortaleza: INSTITUTO OCA, 2019.

BARROS, J. P. P. Juventudes desimportantes: a produção psicossocial do “envolvido” como emblema de uma necropolítica no Brasil. *In: COLAÇO, V. F. R. et al. (Org.). **Juventudes em movimento: experiências, redes e afetos***. 1 ed. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2019, v. 1, p. 209-238.

BARROS, J. P. P. et al. Criminalização, extermínio e encarceramento: expressões necropolíticas no Ceará. **Rev. Psicol. Polít.**, São Paulo, v. 19, n. 46, p. 475-488, dez. 2019. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2019000300008&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 24 jun. 2020.

[BARROS, J. P. P.](#); COSTA, E. A. G. A.; CAVALCANTE, C. O. B.; SOUSA, S. Quanto Importa Cada Vida? Problematizações Éticas sobre Violência Contra Populações Infantojuvenis no Ceará. *In: Raquel Coelho de Freitas et al. (Org.). **Juventudes, Linguagens e Direitos***. 1ed.Fortaleza: Imprensa Universitária - Universidade Federal do Ceará, 2019, v. 1, p. 19-52.

BARROS, J. P. P.; BENICIO, L. F. S; BICALHO, P. P. G. Violências no Brasil: que Problemas e Desafios se Colocam à Psicologia?. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 39, n. spe2, e225580, 2019.

BENTO, B. Necrobiopoder: Quem pode habitar o Estado-nação?. **Cad. Pagu**, Campinas, n. 53, e185305, 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332018000200405&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 21 Nov. 2018.

BORGES, J. **O que é encarceramento em massa?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.

BUTLER, J. **Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

_____. **Corpos em aliança e a política das ruas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

CASTRO-GÓMEZ, S.; GROSFUGUEL, R. (eds.). **El giro decolonial: Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**. Bogotá: Iesco-Pensar-Siglo del Hombre Editores, pp. 9-23, 2007.

CCPHA. **Cada Vida Importa: Evidências e Recomendações para Prevenção de Homicídios na Adolescência**. Fortaleza: ALCE, 2016.

CCPHA. **Cada Vida Importa: Relatório do segundo semestre de 2018 do Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência**. Fortaleza: ALCE, 2018.

COIMBRA, C. **Operação Rio**: o mito das classes perigosas. Rio de Janeiro: Intertexto, 2001.

COMITÊ CEARENSE PELA PREVENÇÃO DE HOMÍCIDIOS NA ADOLESCÊNCIA. **Trajetórias interrompidas**: homicídios na adolescência em Fortaleza e em seis municípios do Ceará / organização Instituto OCA; [coordenação Rui Aguiar e Thiago de Holanda]. -- Brasília: UNICEF, 2017.

COSTA, A; BARROS, J.P.P. “Célula de Proteção Comunitária”: efeitos no cotidiano de jovens negros em Fortaleza. **Psicologia em Pesquisa**. [Juiz de Fora], v. 13 n. 3, p. 173-192, 2020.

FANON, F. **Os condenados da terra**. Trad. Enilce Albergaria Rocha e Lucy Magalhães. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2005

FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2005.

_____. **O nascimento da biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

_____. **Segurança, território, população**. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2008. 53, e185305, 2018.

GROSGOUEL, R; MIGNOLO, W. D. “**Intervenciones descoloniales: una breve introducción**.” In: *Tabula Rasa*, nº 9, pp. 29-37, julio-diciembre, Bogotá - Colombia, 2008.

GUATTARI, F. **Revolução Molecular**: pulsações políticas do desejo. 3. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

KILOMBA, G. **Memórias da Plantação**: episódios de racismo cotidiano. Lisboa: Orfeu Negro, 2019.

LOPEDOTE, M. L. G et. al. (Orgs). **Corpos que sofrem**: como lidar com os efeitos psicossociais da violência? São Paulo: Elefante, 2019.

LUGONES, M. **Rumo a um feminismo descolonial**. Estudos Feministas. Florianópolis. Dez, 2014.

MALDONADO-TORRES, N. La descolonización y el giro des-colonial. **Tabula Rasa**, Universidad Colegio Mayor de Cundinamarca Bogota: Colombia, p. 61-72, 2008.

MBEMBE, A. **Crítica da Razão Negra**. Lisboa: Antígona, 2014.

_____. **Políticas da Inimizade**. Lisboa: Antígona, 2017.

MELO, D; CANO, I. **Índice de homicídios na adolescência**: IHA 2014. Rio de Janeiro: Observatório de Favelas, 2017.

MIGNOLO, W. D. **Desobediência epistêmica: retórica da modernidade, lógica de la colonialidad y gramática de la descolonialidad**. Buenos Aires: Ediciones del Signo, 2010.

MIGNOLO, W. Desafios Decoloniais hoje. **Epistemologias do Sul**, Foz do Iguaçu/PR, 1(1), p. 12-32, 2017.

NASCIMENTO, A. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2016.

PEREIRA, E. Resistência Decolonial: Estratégias e táticas territoriais. **Terra Live** [São Paulo], v. 43 n. 2, p.17-55, 2014

QUIJANO, A. "Colonialidade do poder e classificação social". In: MENESES, Maria Paula; SOUSA SANTOS, Boaventura de (orgs). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez Editora, p. 84- 144, 2010.

SALES, M. **(In)visibilidade perversa: adolescentes infratores como metáfora da violência**. São paulo: Cortez, 2007.

SCISLESKI, A; HUNING, S. Imagens do escuro: reflexões sobre subjetividades invisíveis. **Rev. Polis Psique**, Porto Alegre, v. 6, n. spe, p. 8-27, jan. 2016. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2238-152X2016000100002&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 24 jun. 2020.

SILVA, R.; FREITAS, G. Práticas de re-existências poéticas: a poesia no "busão" em Fortaleza (CE). **Interseções** [Rio de Janeiro] v. 22 n. 1, p. 97-123, mai. 2020

WALSH, C. Interculturalidade e decolonialidade do poder: um pensamento e posicionamento "outro" a partir da diferença colonial. **Revista Eletrônica da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL)**. v. 05, n. 1, Jan-Jul., 2019. Disponível em: <<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/revistadireito/article/view/15002/10532>>. Acesso em 24, jun, 2020.

WALSH, Catherine. "Estudios (inter)culturales en clave de-colonial". **Tabula Rasa**. Sucre, Bolivia. p. 209-227, 2010.